



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

MOÇÃO DE APOIO

Os participantes do Seminário Nacional sobre Povos Indígenas do ANDES-SN, realizado em Brasília-DF, nos dias 14 e 15 de novembro de 2014, manifestam sua solidariedade à professora Mônica e exigem:

- 1) Retorno imediato às suas atividades pedagógicas nas escolas prisionais de origem;
- 2) Que a professora tenha acesso à cópia dos documentos que foram utilizados pela SEAP para criminalizar e punir a mesma ilegalmente e acatados pela DIESP/SEEDUC sem julgamento do mérito.
- 3) Imediata anulação destes e de outros processos que envolvam seu nome.

Até alguns dias atrás, a professora de biologia e indígena da etnia Manauara, do tronco Arawak, Mônica Lima, lecionava para presos nos pavilhões do presídio de Gericinó, em Bangu, zona norte do Rio. O programa é uma das atividades promovidas pela DIESP — Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas.

Mônica é conhecida por sua luta em defesa da Aldeia Maracanã e foi vítima de violência policial inúmeras vezes, inclusive nas duas ocasiões em que indígenas foram brutalmente despejados do edifício do antigo Museu do Índio. Além disso, Mônica participou de todas as manifestações durante a jornada de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro.

Mônica relatou que foi vítima de intimidação, ameaça e fotografada por guardas do Complexo Penitenciário de Bangu durante sua participação no ato, realizado em 24 de julho do corrente ano, por conta da soltura de manifestantes que haviam sido presos por protestarem contra os gastos absurdos da Copa. Após esse episódio, Mônica afirma que teve sua entrada às dependências do Complexo prisional dificultada, sendo assediada e constrangida por guardas do Complexo. Não bastasse toda essa agressão moral, a professora e militante Mônica, em setembro, sofreu um processo administrativo pela SEAP que solicitou seu afastamento da DIESP, que por sua vez, prontamente acatou a decisão e afastou Mônica de suas atividades.

Em 8 de outubro, a professora foi removida compulsoriamente para Belfort Roxo, o que representa uma ilegalidade pois o concurso que Mônica prestou foi para a DIESP, Regional VIII, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Por sua vez, Mônica vem tentando, sem sucesso, acessar o processo imputado contra ela. A SEAP e DIESP afirmam que o processo é sigiloso e, juntamente

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

com Secretaria de Estado de Educação, acusa-a de “colocar em risco, por atos e procedimentos, o sistema de segurança da Unidade prisional”.

Ao que tudo indica, trata-se, mais uma vez, da criminalização da luta e intimidação daqueles e daquelas que lutam. Essa não é a primeira vez que o governo do Estado do Rio de Janeiro implementa ações truculentas, intimidatórias contra militantes: basta lembrar da forma como o governador agiu contra os professores em greve da rede estadual e da prisão preventiva forjada à vários militantes que lutavam contra os gastos da Copa em detrimentos de recursos para educação, saúde, lazer, cultura e moradia, dentre outros direitos sociais. A luta não pode ser criminalizada!

Brasília-DF, 15 de novembro de 2014